

ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO BRASIL: AS PÁGINAS QUE ESTÃO SENDO VIRADAS

*Juliana Alves dos Santos**
*Diógenes Candido de Lima***

RESUMO:

Pretendemos abordar nesse ensaio algumas questões referentes às políticas públicas brasileiras voltadas para o livro didático. O ensaio faz parte de uma pesquisa em andamento sobre livro didático de língua inglesa e construção de identidade. Aqui, serão apresentados os órgãos oficiais criados para regulamentar o livro didático desde o Instituto Nacional do Livro até o atual Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Em seguida, serão mostradas as etapas do PNLD; alguns números referentes a esse programa, e um exame da democraticidade ou não do referido programa. Além disso, faremos uma breve análise da relação entre Livro Didático e melhoria do ensino público.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Inglesa; Livro didático; Política pública; PNLD.

Uma volta ao passado: o ensino de língua inglesa no Brasil

Após ser obrigado a sair de Portugal com ajuda de navios ingleses, acossado pelas tropas de Napoleão Bonaparte, D. João VI trouxe para o Brasil diversas iniciativas referentes à instrução pública. Dentre essas iniciativas, “era necessário criar nesta capital uma cadeira de língua inglesa, porque, pela sua difusão e riqueza e o número de assuntos escritos nesta língua, a mesma convinha ao incremento e à prosperidade da instrução pública”. Daí, em 22 de junho de 1809, o príncipe regente de Portugal assinou o decreto

* Mestranda no Programa de Pós-graduação em Cultura, Educação e Linguagens. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

** Professor Pleno do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – DELL da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Professor e Coordenador do PPG_L:CEL.

que criou as cadeiras de língua francesa e inglesa. Nesse momento, os alunos deveriam, além de falar e escrever, conhecer o “gênio, elegância e estilo das línguas” (Oliveira, 1999, p. 25).

É válido lembrar que o ensino de língua francesa no Brasil tinha prioridade até então visto que, para acesso ao ensino superior era obrigatório conhecer essa língua. Além disso, a importância atribuída à língua francesa era notavelmente maior do que à dada ao inglês já que o francês era considerado “língua universal” (Nogueira, 2007).

Foi com a fundação do Colégio Pedro II, em 1837 que o ensino das línguas modernas ganhou uma importância maior com um programa em que constavam sete anos de francês, cinco de inglês e três de alemão. Verificamos pela quantidade de anos de estudo direcionados ao francês nessa época, o tamanho do prestígio dessa língua nesse momento. Isso advém do gosto do monarca português, além de ser a língua estrangeira falada pela classe dominante no país (Vergueiro, 2009).

Foi só a partir da década de 1930 que houve uma guinada no ensino de inglês no Brasil, por conta das tensões políticas presentes nessa época, em todo o mundo, que culminaram na segunda guerra mundial. No Brasil, especificamente, aprendizagem da Língua Inglesa (LI) passou a ser vista como uma estratégia da Inglaterra e dos Estados Unidos para diminuir o prestígio internacional da Alemanha, tendo em vista que o nazismo hitlerista se propagava. Dessa forma, uma das estratégias para barrar a presença comunista no Brasil foi a promoção do ensino de inglês (Siqueira, 2008).

Ainda na década de 1930 surgem os cursos livres de inglês no Brasil: A Sociedade Brasileira de Cultura inglesa criada em 1934, no Rio de Janeiro e, em 1938 as instituições de ensino brasileiras também conseguem o apoio do consulado norte-americano, fundando o Instituto Universitário Brasil-Estados Unidos, primeiro instituto binacional que mais tarde se chamaria União Cultural Brasil- Estados Unidos (Paiva, 2006). Esses institutos foram criados com a intenção de estreitar as relações entre o Brasil e os EUA, para isso, eram promovidas palestras, reuniões, conferências, promoção e publicações de obras (Nascimento, 2009).

Na década de 40, como relata Moura (apud Paiva, 2006),

O Brasil foi literalmente invadido por missões de boa vontade americanas, compostas de professores universitários, jornalistas, publicitários, artistas, militares, cientistas, diplomatas, empresários, etc. – todos empenhados em estreitar os laços de cooperação com brasileiros – além das múltiplas iniciativas oficiais.

Junto com essas missões, e com a produção cultural americana, veio a língua inglesa que, aos poucos, foi invadindo o espaço onde predominava soberana a língua francesa. Em 1942, com a reforma de Capanema, as decisões acerca do ensino de línguas ficaram a cargo do Ministério da Educação que, conforme Leffa (1999), decidia as línguas que deveriam ser ensinadas, a metodologia e o programa a ser trabalhado em cada série. Somente após a segunda guerra mundial, intensifica-se a dependência econômica e cultural brasileira em relação aos Estados Unidos, e a necessidade ou desejo de se aprender inglês é cada vez maior. Daí, cinco anos após a segunda grande guerra, ocorre o primeiro acordo de cooperação entre uma instituição brasileira (Escola Paulista de Letras Inglesas) e o consulado britânico.

Na segunda metade do século XX novos meios de comunicação se difundiram, principalmente o telégrafo e o telefone, que aumentaram a influência dos Estados Unidos e da Inglaterra. Além disso, a década de 60 foi marcada também pela difusão das letras de Bob Marley, Bob Dylan, John Lennon, Joan Baez, Os Beatles entre outros, cuja mensagem social, política e espiritual contribuíram para aumentar o prestígio do inglês entre uma quantidade considerável da população mundial (Barros, 2005) incentivando sua aprendizagem e idolatria por parte dos não falantes da língua. Aliado a isso é lançado o satélite artificial russo, que conforme Leffa (1999) provocou um impacto na educação americana. Contraditoriamente ao avanço, nesse momento, foi promulgada no Brasil a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que diminui drasticamente a carga horária do ensino de LI no 1º e 2º graus. Como consequência da não aprendizagem da LI nas escolas regulares, houve a expansão do ensino de LI no Brasil através dos cursos comerciais com franquia.

Dez anos após a LDB de 1961 é publicada a Lei 5692 que reduziu o ensino de 12 para 11 anos e conseguiu piorar a situação do ensino de LE no país. Foi introduzida a habilitação profissional e com isso, as aulas de LE seriam dadas “por acréscimo”, dessa forma, algumas escolas de 2º grau tinham somente uma hora semanal de aula de LE e muitas escolas de 1º grau tiraram a LI do currículo.

Em 20 de dezembro de 1996, 25 anos após a publicação da LDB anterior é promulgada a Lei que atualmente direciona o ensino de LE no país. São inegáveis os avanços no ensino depois da publicação da nova LDB, bem como da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) publicados logo em seguida. Entre essas mudanças, destacamos que além da substituição do ensino do 1º e 2º grau por fundamental e médio, deixou-se claro a necessidade de uma língua estrangeira no ensino fundamental como obrigatória, sendo a escolha de responsabilidade da comunidade escolar; e no ensino médio, uma LE obrigatória e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

Os materiais didáticos no ensino de línguas

A necessidade de se aprender uma ou mais línguas estrangeiras é algo que existiu durante toda a humanidade e a busca e utilização dos materiais didáticos sempre esteve atrelada a ela. Há uma relativa escassez de estudos quanto a história do uso de materiais didáticos no Brasil, chegando alguns autores a afirmar que “[aqui] o livro didático não tem uma história própria (...). Sua história não passa de uma sequência de decretos, leis e medidas governamentais (...)” (FREITAG et al., 1989 p. 11).

Estudos diacrônicos voltados para o uso de materiais didáticos no ensino de línguas são ainda mais restritos, confundindo-se com a legislação voltada para ele, com as mudanças ocorridas nas diversas metodologias criadas ao longo da história e com a mudança da língua historicamente. No entanto, de acordo com Leite (2003, p. 22), “a ideia de utilizar recursos tais como material didático na sala de aula não é recente, Comenius (1592 – 1670) em sua *Didactica Magna* já recomendava que recursos os mais

diversos fossem aplicados nas aulas para ‘desenvolver uma maior e melhor aprendizagem’”.

Os primeiros livros didáticos da história eram escassos, desajeitados, difíceis para serem carregados e também para serem produzidos, já que eram copiados pelos escravos. (Kelly, apud Paiva, 2008). “No ensino de línguas, em função da escassez de livros, predominavam os métodos baseados em diálogos e ditados (...). Os primeiros livros didáticos foram as gramáticas e o conceito de língua se restringia ao de estrutura gramatical tendo como referência a língua escrita.”. (Paiva, 2008)

Em relação às aulas de leitura, os primeiros materiais de ensino utilizados eram cartas manuscritas que pais de alunos e professores forneciam. Essas cartinhas (mais tarde cartilhas) foram instrumentos de muita importância responsáveis pelo ensino e aprendizagem da leitura e da escrita.

No Brasil, os primeiros sistemas de ensino foram instituídos pelos jesuítas, por isso os livros que aqui circulavam chegavam através das ordens religiosas enviados da Europa pelos padres da Companhia ou pelo rei. Eram insuficientes e, segundo Moraes (1979, p. 34 *apud* Castro, 2005 p. 93), Anchieta “via-se obrigado a escrever os (...) apontamentos e a distribuí-los aos alunos”.

Entretanto, há controvérsias em relação a utilização desses livros nesse período. Oliveira J. B. (1984, p 25-25 *apud* D’Ávila, 2008) apresenta que era a Bíblia o único livro aceito pela comunidade e utilizado na escola, enquanto que Moraes (1979, p. 34 *apud* Castro, 2005 p. 93) diz que em 1555 o P. Grão “pedia **livros de texto**, tanto para os que principiavam como para os mais adiantados” (grifo nosso). Devido a uma carência de estudos a respeito do assunto não foi possível encontrar mais fontes para certificar-se desses dados.

É sabido também que os livros didáticos eram em Latim, somente em 1593 que o padre João Vicente Yate os solicitou em outra língua, primordialmente em Inglês e Espanhol (Castro, 2005). A importação dos livros didáticos permaneceu até meados do século XIX, vindos principalmente da França e de Portugal. A opção se dava, na maioria

das vezes, por livros em francês visto que era esse país a capital da modernidade da época. Por isso, eram utilizados em sua língua original, o que não representava um problema, tendo em vista que somente a elite tinha acesso à escola (85% da população era analfabeta) (Nogueira, 2007).

A primeira obra didática brasileira data de 1820. Trata-se do *Compêndio da Gramática Inglesa e Portuguesa para uso da Mocidade Adiantada nas Primeiras Letras* tendo como autor Manuel José de Freitas, publicado pela Imprensa Régia. Segundo o autor, o Compêndio foi preparado para “iniciar e facilitar a Mocidade ao uso das suas línguas, com a clareza, justeza e simplicidade possível” (Freitas apud Oliveira, 1999 p. 28).

No final do século XIX há a descoberta do potencial lucrativo do mercado editorial brasileiro por Francisco Alves, registrando-se como pioneiro na produção de LDs e fundando a Editora que levava seu nome. Os livros eram impressos na Europa, mas devido a primeira guerra isso foi inviabilizado e eles passaram a ser produzidos no Brasil. Eram poucos e direcionados ao ensino de língua portuguesa, matemática e história do Brasil.

Em relação a Língua Inglesa, devido a instituição do método direto como método obrigatório para o ensino desse idioma no nosso país, em 1931, os livros adotados eram clássicos da literatura em inglês e “deveriam ser lidos e interpretados na última série de inglês” (Oliveira, 1999, p. 27 *apud* Nogueira, 2007 p. 27). Tem-se o registro também que na primeira metade do século XX utilizava-se o livro “Gramática da Língua inglesa” datado de 1940 e que apresenta listas de palavras com a respectiva tradução, conjugações verbais, e exercícios de tradução e versão.

Depois dessa gramática, muitas outras surgiram, uma sempre tentando aprimorar a outra, seja com transcrição fonética acompanhando as palavras ou com gravações em disco dos símbolos fonéticos e de texto. Uma inovação para época. (Paiva, 2008).

Conforme falado anteriormente, na década de 60 foi que o ensino de Língua Inglesa no Brasil se expandiu através dos cursos comerciais com franquia. Naquela época, as pessoas gostariam de aprender a falar a língua inglesa, na maioria das vezes, por status.

Também nesse momento houve uma relativa “expansão” do ensino devido a democratização do ensino de línguas. Daí há uma produção de um maior número de livros em busca da conquista deste novo e promissor mercado (Soares, 1996, p. 58 *apud* Nogueira, 2007), fazendo com que existisse uma maior competição entre as editoras. Nessa conjuntura, o LD de inglês passa a ser escrito por autores nacionais, editado e impresso no país de maneira massificada (Nogueira, 2007).

Dessa forma, as instituições têm a possibilidade de escolha entre o livro nacional ou importado. Em relação aos cursos particulares de inglês há uma opção por criar seus próprios materiais caracterizando como condição para existência desse modelo de curso, na medida em que contribuía para a garantia da qualidade de ensino em todas as unidades franqueadas. Em relação ao ensino público, os livros didáticos só farão parte do processo de aprendizagem de língua inglesa a partir de 2011.

É sabido que são disponibilizados CDs, DVD, fitas, anexos, entre outros materiais suplementares nas aulas de idiomas no setor privado, no entanto, o livro didático ou livro texto, continua soberano, e para institucionalizá-lo no âmbito público foram criados alguns órgãos oficiais, como veremos a seguir.

Políticas públicas brasileiras para o livro didático

O primeiro desses órgãos, o Instituto Nacional do Livro (INL), surgiu em 1937 com a função de realizar o controle político e ideológico da consecução e distribuição dos manuais (D’Ávila, 2008). Desde então, vários foram os órgãos que surgiram para regulamentar o livro didático no país, e que se confundem com a divulgação e acesso a ele no Brasil.

Seguinte ao INL foi criada a Comissão do Livro Didático, em 1938, que visava reestruturar e controlar ideologicamente todo o sistema educacional brasileiro, uma vez que o momento político da época era propício: Estado Novo e as políticas para estabilização da ditadura Vargas (Freitag et al., 1989).

Durante o período militar (1964-1969) foram assinados os acordos MEC- USAID (Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional) que autorizavam através da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) a elaboração de cartilhas e LDs “cujos conteúdos, forma (...) e até mesmo fundamentação psicopedagógica seguiam as instruções e orientações dos assessores americanos que cuidavam da implementação desse programa de ‘ajuda’” (FREITAG et al., 1989, p. 25). A COLTED foi extinta em 1971 quando foi criado o Programa do Livro Didático (PLID);

A Fundação Nacional do Material Didático (FENAME) foi criada em 1968, mas em 1976 sofreu modificações e foi encarregada de assumir o PLID. A FENAME tinha como competências, dentre outras coisas: a definição de diretrizes para a produção do material escolar; formulação e execução do programa editorial e a cooperação com instituições educacionais, científicas e culturais (Freitag et al., 1989).

Em 1983 é instituída a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) que congregava programas que abrangiam desde o livro didático até bolsas de estudo. Tal centralização, característica do período da distensão e abertura da Velha República, acarretou alguns graves problemas, tais como: Dificuldades de distribuição do livro em conformidade com o prazo estipulado; *lobbies* das empresas e editoras junto aos órgãos estatais responsáveis; autoritarismo implícito na escolha dos manuais, entre outros (Freitag et al., 1989).

Atualmente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE) é o órgão que executa diretamente os programas que regulamentam a produção e distribuição dos LDs no território brasileiro, a saber: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), que busca atender as escolas e entidades parceiras do programa Brasil Alfabetizado, não havendo repasse de recursos para as aquisições de livros, que são realizadas de forma centralizada. Sendo o PNLD o programa responsável atualmente pelos princípios e critérios segundo os quais

foram escolhidos os livros que serão analisados adiante, faremos uma apresentação e reflexão a respeito dele separadamente.

Processo histórico do PNLD

Em 1985 os educadores baianos clamavam por uma descentralização da política do manual escolar no Brasil. A Universidade Federal da Bahia – UFBA – realizou alguns encontros sobre a questão (de 1984 a 1986) com a participação da comunidade universitária, editores e autores dos manuais didáticos. Além da descentralização, os pesquisadores protestavam por melhoria dos materiais, profissionalização do professor e regionalização dos livros (Serpa, 1987).

Não só devido às reivindicações dos professores, mas como uma tentativa de implementação do programa anterior, foi criado em 19 de agosto de 1985, por meio do decreto número 91.542, o PNLD. Esse programa trouxe mudanças significativas em relação ao precedente, como, por exemplo, a que estabelece que a escolha do LD seja feita diretamente pelo professor; que a aquisição e distribuição às escolas públicas sejam financiadas pelo governo federal (o que antes tinha participação financeira do estado) e o fim da compra de livros descartáveis (Soares, 2007).

Verifica-se que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) tende a atuar como mediador entre professores e o campo da produção editorial, não se destacando na definição dos padrões de qualidade do manual escolar, o que foi redefinido somente em 1996 pelas diretrizes estabelecidas para o processo de avaliação pedagógica. Além disso, a centralização torna o PNLD uma ação dependente de um grande volume de recursos e organizada em torno de processos de grande complexidade e envergadura, dependendo das oscilações da economia brasileira, além da variação das decisões políticas dos diferentes governos.

Mudanças significativas vêm acontecendo no PNLD na primeira década do novo século. Iremos apresentar brevemente algumas dessas mudanças a partir do ano 2000, conforme apresentadas no site do governo federal¹.

No ano 2000 foi inserida no programa a distribuição de dicionários de língua portuguesa. Além disso, pela primeira vez na história, os livros didáticos passam a ser entregues no ano anterior ao ano letivo que será utilizado. Não há como deixar de comentar que apesar de ser um marco histórico, é assustador que somente depois de 15 anos do início do Programa seja colocada a obrigatoriedade de os livros serem entregues nas escolas antes do início do ano letivo.

No ano seguinte, é ampliada de maneira gradativa o atendimento a alunos com deficiência visual, sendo distribuídos LDs em braille. Em 2002 inicia-se a distribuição de dicionários de língua portuguesa aos ingressantes da 1ª série (atual 2º ano do ensino fundamental) e das 5ª e 6ª série (atuais 6º e 7º ano do ensino fundamental, respectivamente). Nesse mesmo ano é estabelecida uma meta de distribuição de um dicionário por aluno a ser atingida no máximo no ano de 2004.

No ano de 2003, além de dicionários, foram distribuídos atlas geográficos para as escolas que possuem concomitantemente EJA e turmas de ensino fundamental II. O ano de 2004 tem como feitos significativos, além da reposição e complementação dos LDs, o alcance da meta de distribuição de um dicionário por aluno. Além disso, foi criado nesse mesmo ano o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM).

O ano de 2005 é marcado pela reformulação da sistemática de distribuição de dicionários. A partir de então, os dicionários serão distribuídos às bibliotecas, priorizando a utilização do material em sala de aula. Ressalta-se também que, a partir de 2005, essas obras passam a ser adaptadas ao nível de ensino do aluno, sendo divididos em: dicionários tipo 1, 2 e 3.²

¹ FNDE/MEC disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-historico>

² Tipo 1 destinado a crianças que estão iniciando contato com esse tipo de obra; tipo 2 para alunos em fase de consolidação do domínio da escrita; tipo 3 direcionado a alunos que já começam a dominar a escrita.

Em 2006 os alunos com necessidades especiais são lembrados pelo PNLD e dicionários enciclopédicos ilustrados trilingues (LIBRAS/português/Inglês) são distribuídos nas escolas de 1ª a 4ª série. No ano seguinte, a distribuição desse material é ampliada para as escolas de ensino médio e os alunos de 1ª a 4ª série recebem cartilha e livro de língua portuguesa em LIBRAS e em cd-rom.

No ano de 2009 são ditadas novas regras de participação. A partir de então, as redes públicas de ensino e as escolas federais devem aderir ao programa para receber os livros didáticos.

No ano subsequente, LDs de Língua estrangeira são incluídos no programa. Tendo em vista que os relatórios anuais de investimento ficam prontos no fim do ano, ainda não temos informações oficiais das mudanças e implementações ocorridas no ano de 2010 no PNLD.

O caminho do livro didático até a escola

De acordo com o site do FNDE³, para efetiva execução do PNLD são necessárias algumas etapas. A primeira delas é a **inscrição**, que consiste na publicação no Diário Oficial da União de um edital a ser seguido pelas editoras que tenham interesse em se inscrever no programa. A segunda etapa é a **triagem/avaliação** que consta de uma análise realizada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do estado de São Paulo, no intuito de verificar se as obras cumprem as exigências do edital. Em seguida, os livros são encaminhados para Secretaria de Educação Básica e daí para os especialistas, a fim de que elaborem a resenha dos manuais aprovados.

As resenhas elaboradas por esses especialistas compõem o Guia do Livro Didático que é encaminhado às escolas cadastradas no censo escolar (constituindo a terceira fase do processo de distribuição) e também é disponibilizado na internet para que a partir dele os professores façam a escolha dos LDs. A etapa da **escolha** é de responsabilidade dos

³ FNDE/MEC disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld>.

professores e da direção. Uma vez feita, são processados os formulários de escolha pelo FNDE para que esse possa proceder a etapa do **pedido**.

Depois do pedido inicia-se o processo de **negociação** com as editoras através de licitação, para que os livros comecem a ser produzidos e passem para a etapa seguinte, que é a de **distribuição**.

A distribuição é feita pelas editoras por meio de um contrato firmado entre o FNDE e os Correios desde 1995. Segundo Cassiano (2007) essa medida solucionou o problema do atraso na entrega que acontecia com os programas anteriores, quando os LDs chegavam nas escolas meses depois do início do ano letivo. Além disso, essa eficiência rendeu alguns bons frutos, entre eles: O prêmio World Mail em 2002 para os Correios e ao PNLD sua consagração mundial.

O **recebimento**, que é a próxima etapa, acontece entre outubro e o início do ano letivo. Nas zonas rurais os livros são entregues na prefeitura ou nas secretarias de educação e estas se responsabilizam para que o material chegue até a escola; e na zona urbana os livros são entregues diretamente nas escolas.

Os números que movem o programa

Os números referentes aos gastos com livros didáticos são assustadores. De acordo com Araújo (2010) em 1997 foram gastos R\$ 253.871.511; no ano 2000, a cifra correspondente ao gasto do programa foi de R\$ 474.334.699; e já em 2007 foram gastos R\$ 661 milhões no PNLD e R\$ 221 milhões no PNLEM. Estima-se que para 2011 o valor é de R\$ 880.263.266,15 negociados com as editoras para os dois programas, de acordo com o sítio do FNDE.

O PNLD tem sido o responsável pelo fortalecimento das editoras nacionais, tendo em vista que de 1998 a 2005 foram comprados 102 milhões de livros por ano, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Soares, 2007). Esses números aumentaram significativamente, pois a partir de 2005 começaram a ser

distribuídos livros para o ensino médio. Válido ressaltar, que todos os programas de livros didáticos são mantidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional.

Os gastos exorbitantes para implementação do PNLD colocam o Brasil ocupando a oitava posição entre os mercados editoriais do mundo (D'Ávila, 2008). No entanto, as compras feitas para o programa suscitam dúvidas quanto ao caráter democrático do processo de seleção do mesmo.

A esse respeito, Höfling (2000) em sua pesquisa, questiona os objetivos e o alcance da política pública brasileira voltada para o livro didático, uma vez que, segundo ela, há um reduzido número de grupos editoriais privados no processo referente ao PNLD. Depois de apresentar tabelas que mostram as compras de livros pelo governo federal do ano de 1977 ao ano de 1998, a pesquisadora conclui que há uma acentuada centralização na participação de um grupo de editoras no Programa e esse posicionamento, segundo ela, choca-se com os princípios de uma perspectiva de descentralização do programa do governo. Ela reitera dizendo que essas questões devem ser discutidas, uma vez que, é necessário fazer uma análise política do Programa Nacional do Livro Didático.

Coincidência ou não, as editoras com maior participação nas compras feitas pelo governo para o ano letivo de 2011 correspondem ao mesmo grupo editorial dos anos anteriores, invertendo somente a porcentagem de “repartição do mercado” (BRASIL, 2010). Além disso, as coleções de língua inglesa selecionadas para serem encaminhadas a escola, para escolha do professor, também fazem parte de um mesmo grupo editorial.

De acordo com o Guia de Livros didáticos PNLD 2011, participaram do processo 37 coleções, sendo 11 de espanhol e 26 de inglês. No entanto, somente duas para cada disciplina foram selecionadas, as outras foram excluídas, segundo o guia, pelo fato de não cumprirem os critérios do edital.

Outra justificativa para o pequeno número de coleções selecionadas é dada adiante pelo Guia. Segundo ele, o número reduzido de resenhas deve-se também ao fato de ser a primeira edição do PNLD de língua estrangeira. Apesar dos colegas estarem

empolgados com a chegada do material de língua estrangeira na escola, as poucas opções de escolha dadas pelo governo federal não tem sido vistas com bons olhos. Os professores têm reclamado pelo fato de, na sua maioria, conhecerem outras coleções que seriam viáveis para o ensino e não “entenderem” as poucas opções proporcionadas pelo PNLD.

Corroboramos com Höfling, quando ela afirma que a posição de determinados grupos editoriais que, com pequenas diferenças de posição é que interferem na aquisição feita pelo MEC da produção didática, legitimando, assim, o caráter pouco democrático do processo de escolha das coleções.

Relação entre material didático e o ensino público

A busca pelas atualizações e a velocidade com que elas acontecem fazem com que os cursos de idiomas tornem-se cada vez mais procurados. Além disso, a crença de que não se aprende inglês na escola regular favorece a procura por esses cursos. Em pesquisa conduzida por Barcelos (2006) sobre crenças da aprendizagem de inglês, fica evidente a ideia de que não se aprende LI na escola pública e que o ensino dessa língua em cursos de idiomas é de fato eficaz. Segundo a mesma autora, um dos grandes atrativos para os alunos dos cursos de idiomas são os materiais didáticos, caracterizados como ótimos.

A inserção de línguas estrangeiras no PNLD é um reflexo do reconhecimento do importante papel que esse componente desempenha na atualidade (BRASIL, 2010). Além disso, destaca-se a importância do conhecimento de línguas estrangeiras para a formação e inclusão social do indivíduo, além da oportunidade de conhecer a si mesmo e ao outro (BRASIL, 2010, p. 11). Temos de concordar que é uma grande conquista para o ensino brasileiro, no entanto, nos inquieta saber se a melhoria dos materiais de ensino enriquece, de fato, o ensino público.

A título de exemplo consideremos a pesquisa conduzida por Mantovani (2009). Seu trabalho teve como objetivo analisar a importância da avaliação do livro didático feita pelos programas de governo e o impacto desse processo na qualidade de ensino na escola

pública. Para isso, foi feito um levantamento bibliográfico e uma breve análise dos resultados de duas avaliações nacionais: O SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e a Prova Brasil. A autora reconhece que a relação do PNLD com a avaliação dos alunos não acontece de forma direta, mas a análise dos resultados obtidos pelos estudantes nesses exames pode contribuir para traçar parâmetros visando a melhoria da qualidade de ensino.

Então, depois de comparar as curvas de gráficos relacionados ao desempenho dos alunos de 1995 a 2005 com a quantidade de livros aprovados e excluídos (1997, 1998, 2000/01, 2004 e 2007) a autora infere que o ensino público brasileiro não sentiu “os reflexos da melhoria dos materiais didáticos distribuídos aos estudantes da rede pública”, “pelo menos não da forma esperada” (Mantovani, 2009 p. 85). Segundo ela, a avaliação do livro não é suficiente para melhoria na qualidade de ensino. Para isso, faz-se necessário qualificar o professor, de maneira que ele possa ser atuante, pensante e reflexivo em todas as suas ações, das quais faz parte também um bom material didático (Mantovani, 2009).

Se pensarmos no componente de língua estrangeira, essa situação se agrava ainda mais, visto que, muitos dos que atuam com a disciplina não tem proficiência suficiente para privilegiar, como preconiza o guia do livro didático, uma perspectiva comunicativa.

O fato é que a chegada do LD de língua inglesa tem sido esperada com ansiedade pelos colegas. No entanto, uma grande maioria não tem consciência do poder ideológico trazido nesses materiais e no “perigo” de usá-lo como único material em sala de aula de língua, em especial de língua estrangeira. É de extrema importância que o professor tenha formação suficiente para criar dentro da sala de aula espaço de formação, reflexão e participação; de saber como preencher as lacunas do LD e de cortar as sobras oferecidas por ele. Não adianta livros de boa qualidade, se no final, ele torna-se um fardo para aluno e professor, ademais, a forma como o professor irá utilizar o livro é que irá qualificar o material.

Além disso, concordando com Mantovani (2009), é de extrema importância qualificar o professor para o processo de escolha dos livros que irão participar da seleção

feita na escola, pois, acreditamos que dessa forma, pode ser oferecida uma maior variedade de livros participantes do processo; além de torná-lo agente reflexivo na seleção do mesmo, uma vez que ele é que tem o contato direto com o público nos diferentes momentos pedagógicos.

TEACHING OF ENGLISH LANGUAGE IN BRAZIL: THE PAGES THAT ARE BEING TURNED

ABSTRACT: In this essay we intend to show some arguments about Brazilian educational politics. The essay is a part of a search in progress about textbooks and building of student's identity. Here, we will show some official institute created to control the production and circulation of textbooks from Instituto Nacional do Livro (National Institute of Book) until Programa Nacional do Livro Didático (National Textbook Program) – PNLD. Following, the steps of PNLD will be showed; the Program cost, and an analysis about the democratization of the PNLD. Besides, we will do a brief analysis about the National Textbook Program and its impact on the quality of teaching in public schools.

KEYWORDS: English Language; Textbook; Public policies; PNLD (National Textbook Program).

Referências

BARROS, Carmem Dolores Branco do Rego. *Inglês, a língua global dos dias atuais*. Dissertação (Mestrado em Letras). Rio de Janeiro/RJ. Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005 115f.

BRASIL. Ministério da Educação e cultura. *Guia de livros didáticos: PNLD 2011: Língua estrangeira moderna*. Brasília: MEC/SEB, 2010.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. *O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985 – 2007)*. Tese.(Doutorado em educação) São Paulo/SP: Programa de Pós graduação: educação, história, política, sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2007. 252 f.

CASTRO, César Augusto. Produção e circulação de livros no Brasil: dos Jesuítas (1550) aos militares (1970). BIBLI: *R. eletrônica de Bibl. Ci. Inform.*, Florianópolis, n. 20, 2º semestre de 2005 92-103.

D'AVILA, Cristina Maria. *Decifra-me ou te devorarei: O que pode o professor frente ao livro didático?* Salvador: EDUNEB;EDUFBA, 2008.

FREITAG, Barbara et. al. *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez, 1989.

HÖFLING, E. M. Notas para discussão quanto a implementação de programas de governo: Em foco o Programa Nacional do Livro didático. *Educação & Sociedade*, ano XXI, n° 70, Abril 2000.

LEFFA, Vilson. J. *O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional*. In: Contexturas, APLIESP, n. 4, p. 13-24, 1999.

LEITE, Tânia Azevedo. *A seleção do material didático para o ensino de língua inglesa*. Dissertação. (Mestrado em Educação). Itajaí/SC: Centro de Educação das ciências humanas e da comunicação, Universidade do Vale do Itajaí, 2003. 90f.

MANTOVANI, K. P. *O programa nacional do livro didático – PNLD – Impactos na qualidade do ensino público*. Dissertação (mestrado em Geografia Humana). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, 2009. 126f.

NASCIMENTO, Katiane Andrade. *Domínio de Língua Inglesa como fator de mobilidade social na cidade de Salvador*. Dissertação (Mestrado em Análise regional). Salvador/BA: Departamento de Ciências Sociais Aplicadas 2, Universidade de Salvador, 2009 100f.

NOGUEIRA, Marcia Castelo Branco. *Ouvindo a voz do (pré)adolescente brasileiro da geração digital sobre o livro didático de inglês desenvolvido no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Letras). Rio de Janeiro/RJ. Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007. 182 f.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de. *A historiografia brasileira da literatura inglesa: Uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)*. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária). Campinas/SP: Instituto de estudos da linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1999. 189f.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes Oliveira. *A LDB e a legislação vigente sobre o ensino e a formação de professor de língua inglesa*. Disponível em <http://www.veramenezes.com/ensino.htm>. Acesso em: 15 ago. 2006.

_____. *História do material didático*. Disponível em: www.veramenezes.com/historia.pdf Acesso em: 06 mai. 2008.

SERPA, L.F.P. A questão do livro didático. *Em aberto*, Brasília, ano 6, n.35 jul/set 1987.

SIQUEIRA, Sávio Domingos Pimentel. *Inglês como língua internacional: por uma pedagogia intercultural crítica*. Tese (Doutorado em língua estrangeira). Salvador/Ba: Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2008. 2v.

SOARES, R.P. *Compras governamentais para o Programa Nacional do Livro Didático: uma discussão sobre a eficiência do governo* (Texto para discussão N° 1307). Brasília: IPEA, 2007.

VERGUEIRO, Tania Oliveira de Noli. *Professores de francês apesar de tudo: o papel das representações sociais nessa história de persistência*. Dissertação (Mestrado em

linguística) Porto Alegre/RS: Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. 142 f.

Recebido em 30/05/2011.

Aprovado em 22/09/11.